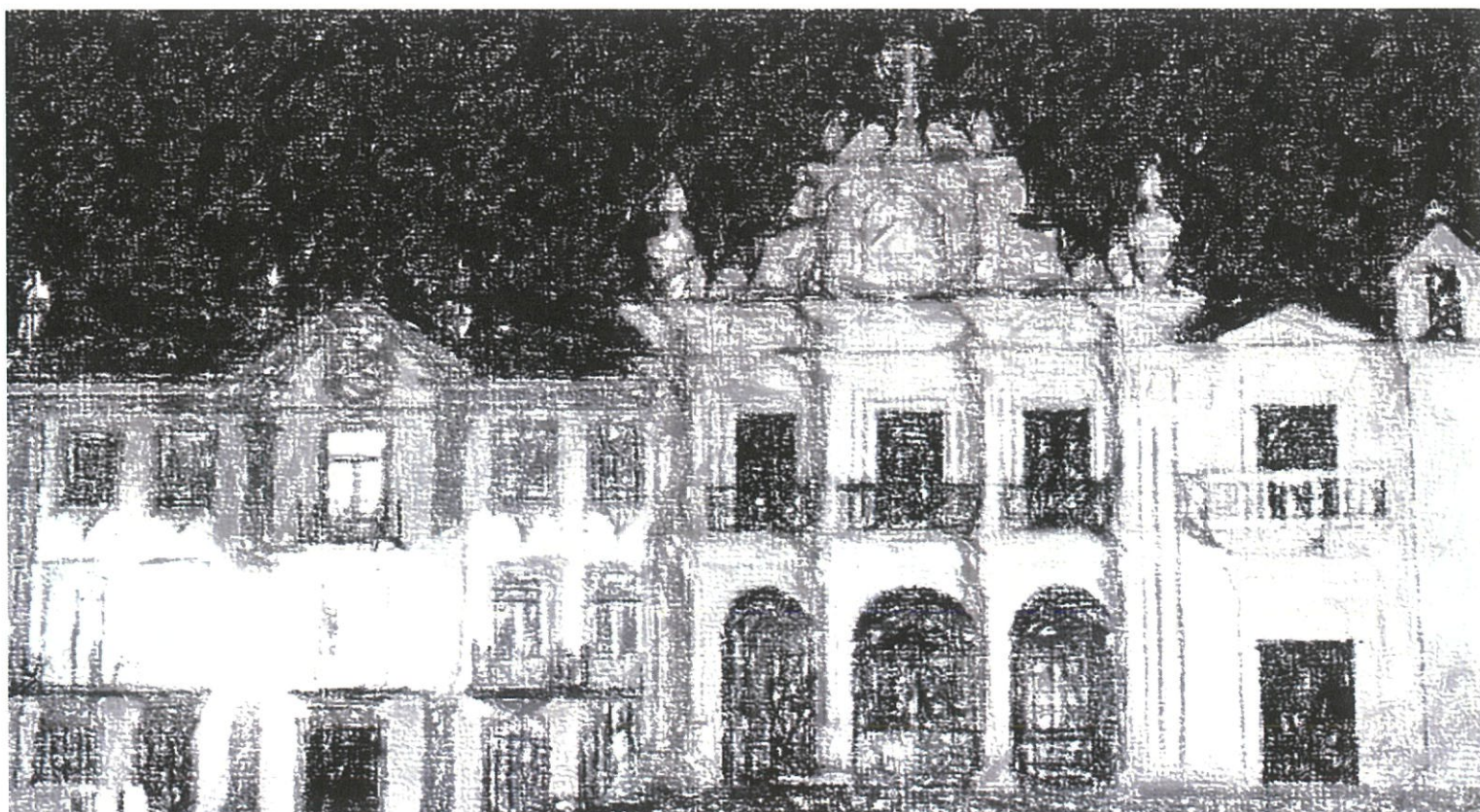




*Fundada em 1516
Distinguida com a Medalha
de Ouro da Cidade de Chaves
Em 12/12/85*

Relatório de Atividades e Contas de 2020

junho de 2021



ENTREGUE NO CDSSS DE

PEÇAS FINAIS DE APRESENTAÇÃO DE CONTAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE 2020

DENOMINAÇÃO Santa Casa da Misericórdia de Chaves

MORADA Largo Caetano Ferreira

LOCALIDADE Chaves

FREGUESIA Santa Maria Maior

CONCELHO Chaves

RESERVADO AOS SERVIÇOS

Dist. Conc. IPSS
CÓD

| | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|

CÓDIGO POSTAL 5400 - 136 CHAVES

ESPAÇO RESERVADO AO CENTRO DISTRITAL

PARECER:

EM _____

DESPACHO:

EM _____

A DIRECÇÃO

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

LOCAL: Chaves

Chaves, 28 de junho de 2021

DATA: 13 de abril de 2021

ASSINATURAS:

Luís Peixoto de Almeida
Américo José MAs
Ricardo dos Santos Martins
Sónia Cristina Soares Ferreira
Dona Paula Carlos

ASSINATURA DO PRESIDENTE

Abelardo J. A. L.



ÍNDICE

| | |
|--|----|
| ÍNDICE..... | 1 |
| ÓRGÃOS SOCIAIS | 3 |
| INTRODUÇÃO..... | 4 |
| ACÇÕES DESENVOLVIDAS..... | 6 |
| 1. Diálogo Institucional..... | 6 |
| 1.1 Segurança Social..... | 6 |
| 1.2 União das Misericórdias Portuguesas / Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social | 6 |
| 1.3 Câmara Municipal de Chaves | 7 |
| 1.4 Sindicatos..... | 7 |
| 1.5 Fornecedores..... | 7 |
| II. EQUIPAMENTOS SOCIAIS | 8 |
| 1. LAR NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA/CHAVES..... | 8 |
| 2. LAR NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO/VIDAGO | 8 |
| 3. LAR DE SANTA ISABEL / VILAR DE NANTES..... | 9 |
| 4. CENTRO SOCIAL DE CASAS DOS MONTES | 9 |
| 5. CENTRO SOCIAL DE VILARELHO DA RAIA | 10 |
| 6. CASA DE ACOLHIMENTO (Escola de Artes e Ofícios) | 10 |
| 7. Apoio à Terceira idade..... | 11 |
| 8. Apoio à Infância..... | 11 |
| 9. Apoio à Infância e Juventude | 12 |
| III. EQUIPAMENTOS RELIGIOSOS..... | 12 |
| Igreja da Misericórdia..... | 12 |
| Capela do Senhor do Calvário | 13 |
| Nicho do Senhor dos Passos..... | 13 |
| 1. Outros equipamentos..... | 13 |
| IV. ADMINISTRAÇÃO GERAL DA IRMANDADE | 13 |
| 1. Gestão do Património | 13 |
| 2. Serviços Operativos | 14 |



| | | |
|------|--|-----------|
| 3. | Gestão Económica e Financeira | 15 |
| 4. | Perspetivas | 21 |
| 5. | Proposta de aplicação de resultados | 22 |
| 6. | Nota Final | 22 |
| 1. | CONTAS DO EXERCÍCIO DO ANO DE 2020..... | 23 |
| 2. | BALANÇO | 24 |
| 3. | DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS | 25 |
| 4. | DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA | 26 |
| 5. | ANEXO | 27 |
| 5.1 | Identificação da Identidade..... | 27 |
| 5.2 | Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras..... | 27 |
| 5.3 | Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros..... | 29 |
| 5.4 | Ativos fixos tangíveis | 36 |
| 5.5 | Custos de empréstimos obtidos..... | 38 |
| 5.6 | Inventários..... | 39 |
| 5.7 | Rendimentos e gastos. | 40 |
| 5.8 | Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes | 40 |
| 5.9 | Subsídios e outros apoios das entidades públicas. | 41 |
| 5.10 | Instrumentos financeiros. | 41 |
| 5.11 | Benefícios dos empregados. | 46 |
| 5.12 | Acontecimentos após a data de balanço. | 47 |
| 5.13 | Divulgações exigidas por outros diplomas legais..... | 47 |
| 5.14 | Outras divulgações. | 48 |



ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

- Presidente Hélder Amadeu Batista Sá
- Secretário efetivo Joaquim Tomaz
- Secretário efetivo Alípio Martins Afonso

Conselho Fiscal/Definitório

- Presidente Jorge Gualdino Lourenço Melo
- Vogal efetivo Vítor Manuel Salgado Dias
- Vogal efetivo Fernando José Ramos
- Suplente Fernando José Barreira Machado Pereira
- Suplente Manuel Pedro Oliveira Branco Teixeira
- Suplente Sebastião Garcia Salgado

Mesa Administrativa

- Provedor Jorge Alexandre Rodrigues Pinto de Almeida
- Vice- Provedor Anselmo José Martins
- Tesoureiro Miguel dos Santos Martins
- Secretário Sónia Cristina Adães Ferreira
- Vogal efetivo Marco Paulo de Carvalho Terrão
- Vogal efetivo Eduardo Amílcar Teixeira da Cruz
- Vogal efetivo António Joaquim Pinto Dias
- Vogal suplente Américo Nunes Peres
- Vogal suplente Maria José Pessoa
- Vogal suplente Maria Olímpia Vicência Mairos
- Vogal suplente Carlos Aires Latoeiro



Four handwritten signatures in black ink, arranged vertically on the right side of the page.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2020

INTRODUÇÃO

O presente documento - Relatório de Atividades e Conta de Gerência do ano de 2020, pretende levar ao conhecimento da Assembleia Geral de Irmãos o trabalho desenvolvido ao longo do ano transato, colocando o mesmo à apreciação e votação dos Digníssimos Irmãos, num ano de incertezas originadas pela pandemia que abalou o Mundo inteiro e que não há previsão de quando terminará.

As atividades desenvolvidas nos diversos equipamentos e respostas sociais, foram norteadas pelo Plano de Atividades previsto para cada resposta, focado no bem-estar dos utentes, procurando corresponder às suas expectativas e anseios, enfrentando os desafios resultantes das consequências económicas e sociais da pandemia.

Neste ano atípico, sempre que possível, foram promovidas ações cujo intuito foi difundir o espírito de solidariedade, nomeadamente com as pessoas em situação de dificuldades ou em exclusão social, adaptando-nos com base nas orientações da Direção Geral de Saúde, obrigando-nos a restringir os convívios aos espaços físicos da Misericórdia e seus utentes acolhidos.

Apesar dos constrangimentos de natureza económica e financeira com que esta Instituição se depara há vários anos, continuamos a cumprir com a reestruturação pensada tendo em vista o reequilíbrio financeiro da Santa Casa da Misericórdia de Chaves.

No primeiro trimestre de 2020, conseguimos pagar as dívidas aos trabalhadores com salários e atualizações salariais em atraso e, durante o mesmo ano, pagar as dívidas a fornecedores.

Em consequência de atualizações salariais e aumentos anuais do salário mínimo nacional, a rubrica de custos com o pessoal tem ainda grande expressão no cômputo



geral dos custos da Instituição. Embora o número de colaboradores tenha reduzido em 2020, o custo com esta rubrica não reflete tal redução, pois, para além do referido, houve necessidade de recorrer à contratação de recursos humanos para fazer face às ausências de trabalhadores originadas pelo COVID 19.

Demos início ao processo de contratação pública da empreitada Centro Social de Casas dos Montes – Alteração e Ampliação do Lar, que irá albergar os utentes em acordo de cooperação nas Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas do Lar Nossa Senhora da Misericórdia e Lar Pe. Justino Magalhães. Esta infraestrutura albergará oitenta utentes.

Os idosos em geral, e os nossos utentes em particular, são os que mais têm sofrido o impacto da pandemia, pelo que iremos apostar no trabalho desenvolvido pelas nossas equipas multidisciplinares, tentando minimizar as consequências do isolamento social.

Continuamos a apostar na otimização das atividades de cada resposta social, numa lógica de rentabilização de recursos, primando pela qualidade dos serviços, conforto e bem-estar dos utentes, procurando, ao mesmo tempo, garantir a sustentabilidade económica e financeira da instituição.

Com determinação, motivados e unidos, superaremos os mais variados obstáculos, procurando levar a avante o nosso projeto de recuperação da Santa Casa da Misericórdia de Chaves.

Chaves, 13 de abril de 2021

A Mesa Administrativa

Fosse Feito de Alameda
Augusto José
Riguel dos Santos Martins

Paulo Galvão
Edna Antónia Pereira de C. e



ACÇÕES DESENVOLVIDAS

1. Diálogo Institucional

No âmbito das atividades da Santa Casa da Misericórdia de Chaves, foram reforçados e estabelecidos um conjunto de relacionamentos institucionais, particularmente com a Segurança Social, União das Misericórdias Portuguesas, Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social, Câmara Municipal de Chaves, Diocese de Vila Real, Delegação de Chaves da Cruz Vermelha Portuguesa, Serviços de Saúde, Instituições Financeiras, Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa, Agrupamentos Escolares. Estabelecemos, ainda, diálogo institucional com os Sindicatos dos trabalhadores desta Instituição.

1.1 Segurança Social

No âmbito da cooperação institucional com o Centro Regional de Segurança Social, é de realçar o apoio incondicional, nomeadamente, enquanto ocorreu o surto pandémico que atingiu a nossa instituição. Além disso, realizaram-se reuniões onde foi possível abordar assuntos relacionados com o processo de Acompanhamento Técnico a esta Instituição.

Foi, ainda, renovado o programa de emergência alimentar (Cantinas Sociais), com o mesmo número de refeições protocoladas.

1.2 União das Misericórdias Portuguesas / Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social

A União das Misericórdias Portuguesas e a Confederação Nacional de Instituições de Solidariedade Social, são instituições importantes no que se refere ao apoio à Santa Casa da Misericórdia de Chaves, enquanto associada, através da disponibilização de



informações regulares pertinentes para a instituição e noutras matérias relevantes como sejam os Protocolos de Cooperação e Legislação específica.

1.3 Câmara Municipal de Chaves

O Município de Chaves deu continuidade à cooperação que tinha vindo a prestar à Santa Casa da Misericórdia de Chaves, dada a relevância que lhe reconhece em termos de apoio social no Concelho, procurando dar resposta a toda a população, nomeadamente a mais carenciada.

1.4 Sindicatos

No que se refere às relações laborais, realizaram-se reuniões com os representantes sindicais, por forma a poder trabalhar matérias que carecem de ajustamentos, procurando o envolvimento e comprometimento de ambas as partes.

Importa referir que durante o ano de 2020, ficaram saldados os salários e atualizações salariais em dívida aos trabalhadores e iniciaram-se as reclassificações de categorias profissionais de alguns trabalhadores, segundo critérios sustentados na Lei, prevendo-se alargar este procedimento a mais trabalhadores.

1.5 Fornecedores

Ao longo do ano transato, foi preocupação desta Mesa Administrativa, dialogar com os nossos fornecedores e regularizar os processos pendentes.

A externalização do fornecimento de serviço de refeições e do tratamento de roupa levou à diminuição do número de fornecedores.



II. EQUIPAMENTOS SOCIAIS

1. LAR NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA/CHAVES

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, situada no centro histórico da cidade de Chaves, tem capacidade e acordo de cooperação com a Segurança Social, para 65 utentes em regime de internamento.

Centro de Dia, com capacidade para 40 utentes e acordo com a Segurança Social, para 32.

Serviço de Apoio Domiciliário, com capacidade para 65 utentes e acordo para 52.

Programa de Emergência Alimentar

Cantinas Sociais, com capacidade para 50 refeições/diárias, com Protocolo de Colaboração com a Segurança Social, para a totalidade dos utentes.

Com a desativação em 2019 de uma ala do edifício onde funciona esta Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), ficaram por preencher trinta e três vagas protocoladas, o que pressupôs ao longo do ano de 2020 uma perda muito significativa das receitas referente à verba oriunda das participações da Segurança Social assim como das participações familiares.

A aprovação da Candidatura do Projeto para a ampliação e alteração do Lar Padre Justino Magalhães, em Casas dos Montes, permitirá acolher os 65 utentes protocolados para esta ERPI, assim como, os 14 acolhidos no referido Lar.

2. LAR NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO/VIDAGO

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, situada na Vila de Vidago, tem capacidade para 65 utentes em regime de internamento, com acordo de cooperação com a Segurança Social, para 60 dos utentes.



Serviço de Apoio Domiciliário, com capacidade para 30 utentes e acordo com a Segurança Social, para 15.

Creche, com Licença de Funcionamento para 40 crianças, sem acordo de cooperação com a Segurança Social.

Programa de Emergência Alimentar

Cantinas Sociais, com capacidade para 47 refeições/diárias, com Protocolo de Colaboração com a Segurança Social, para a totalidade dos utentes.

3. LAR DE SANTA ISABEL / VILAR DE NANTES

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, situada na freguesia de Vilar de Nantes, tem capacidade para 65 utentes em regime de internamento, com acordo de cooperação com a Segurança Social, para 60 utentes.

Serviço de Apoio Domiciliário, com capacidade para 20 e acordo com a Segurança Social, para a totalidade dos utentes.

4. CENTRO SOCIAL DE CASAS DOS MONTES

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, situada no lugar de Casas dos Montes, freguesia de Santa Maria Maior, tem capacidade e acordo de cooperação com a Segurança Social, para 14 utentes em regime de internamento.

Pré-Escolar, com capacidade para 46 crianças e acordo de cooperação com a Segurança Social, para 33.

Creche, com capacidade para 56 crianças e acordo de cooperação com a Segurança Social, para 44.



Neste complexo, a ERPI foi alvo de aprovação de uma candidatura ao Programa Norte 2020 – “Centro Social de Casas dos Montes – Alteração e Ampliação do Lar”, através do qual será requalificado o atual edifício, permitindo melhorar as condições de acolhimento dos utentes residentes e rentabilizar os recursos materiais e humanos através do recebimento, na nova estrutura que irá surgir, dos utentes em acordo de cooperação da ERPI Lar Nossa Senhora da Misericórdia, por este não reunir as condições ideais para continuar em funcionamento.

5. CENTRO SOCIAL DE VILARELHO DA RAIA

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, situada na freguesia de Vilarelho da Raia, tem capacidade e acordo de cooperação com a Segurança Social, para 14 utentes em regime de internamento.

Serviço de Apoio Domiciliário, com capacidade para 30 utentes e acordo de cooperação para 10 utentes.

6. CASA DE ACOLHIMENTO (Escola de Artes e Ofícios)

Lar de Infância e Juventude, estrutura residencial para crianças e jovens em perigo, com acolhimento prolongado em regime de internato, com capacidade e acordo de cooperação para 50 utentes.

Centro de Acolhimento Temporário, estrutura residencial de acolhimento temporário de curta duração em regime de internato, com capacidade e acordo para 20 utentes.

Em 2020, o Lar de Infância e Juventude e o Centro de Acolhimento Temporário, continuaram a funcionar com uma ocupação média mensal muito inferior a 50% da capacidade de acolhimento existente.

Sendo que a gestão das vagas destas respostas sociais são da responsabilidade da Segurança Social, sendo a monitorização deste procedimento alheia à Misericórdia, a capacidade encontra-se subaproveitada e, apesar da publicação da Lei 142/2015 de 8

de setembro, no sentido da adequação destas respostas sociais a uma nova resposta designada por Casa de Acolhimento, ainda não foi possível definir os termos nos quais funcionará de futuro uma vez que ainda não há orientações específicas nesse sentido.

7. Apoio à Terceira idade

As ERPI'S – Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, SAD – Serviço de Apoio Domiciliário e CD – Centro de Dia, são as respostas sociais com maior expressão na Santa Casa da Misericórdia, as quais procuram dar resposta aos mais variados constrangimentos: familiares, de saúde, económicos e outros.

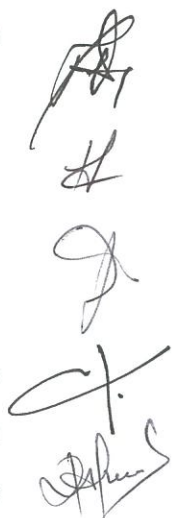
Para além dos cuidados de conforto, higiene e alimentação, são ainda desenvolvidas atividades cognitivas, lúdicas, desportivas, religiosas, musicais, de expressão plástica, etc, pelas equipas multidisciplinares, com o intuito de promover um envelhecimento ativo e a melhoria da qualidade de vida dos idosos.

Em 2020, dada a situação pandémica, não foi possível promover atividades de interação entre os vários Equipamentos Sociais, a Comunidade e outras instituições congéneres do concelho, conforme tem acontecido em anos anteriores, seguindo o Plano de Atividades desenvolvido para o efeito.

Foi, no entanto, possível assinalar a celebração da época litúrgica da Páscoa e do Natal, num contexto diferente, através dos meios digitais disponíveis, com animação religiosa e tarde recreativa.

8. Apoio à Infância

As respostas de Creche e Jardim de Infância, sitos no lugar de Casas dos Montes, e a resposta Creche, sita em Vidago, desenvolveram as atividades possíveis (dentro das regras de distanciamento e outras de segurança devido à Covid19), inseridas no Projeto Educativo, constantes no plano anual de atividades, as quais privilegiaram, sempre que



possível, a intergeracionalidade, por estarem inseridas num complexo onde também funciona, em edifício próximo, uma resposta de Terceira Idade.

Este ano transato fomos privados do habitual relacionamento com os pais/encarregados de educação e a comunidade em geral, devido às circunstâncias já referidas.

9. Apoio à Infância e Juventude

Ao longo de 2020, foram desenvolvidas diversas atividades com as crianças e jovens residentes na Instituição, com o intuito de trabalhar a inclusão social e cidadania. Dentro do que foi possível, dada a especificidade deste ano, procurámos manter a ocupação de tempos livres e prática de desporto dentro do espaço físico onde residem os jovens, considerando que estas práticas despertam o bem-estar físico, emocional e social, assegurando ainda todo o acompanhamento que pressupõe a sua permanência na Casa de Acolhimento.

Em tempo de férias letivas, e sempre que possível, foram promovidas diversas atividades lúdicas no exterior, de entre as quais se destaca, em época de calor, as tardes de piscina.

III. EQUIPAMENTOS RELIGIOSOS

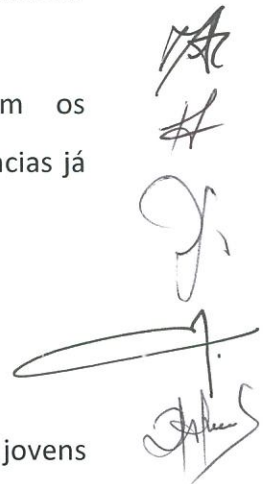
Igreja da Misericórdia

Situada na Praça de Camões, encontra-se encaixada entre o antigo Hospital da Misericórdia de Chaves e o Museu da Região Flaviense.

A sua construção remonta ao século XVII, ano de 1601.

Funcionando também como casa mortuária, promove toda a atividade religiosa, incluindo a eucaristia diária.

Considerando o seu valor histórico, recebe ainda inúmeras visitas individuais e guiadas em grupo. Destacar, ainda, o processo de qualificação como imóvel de interesse público junto do Ministério da Cultura.



Capela do Senhor do Calvário

Situada na Travessa do Calvário em Chaves, edificada no alto da Colina.

A Capela votiva data de 1672.

Funciona pontualmente como casa mortuária e tem como atividade religiosa principal a celebração da Via-Sacra.

Nicho do Senhor dos Passos

Pequena Capela, cuja construção remonta ao século XVII, situada num pequeno Largo no encontro das ruas Padre Joaquim Fontoura com a rua do Aljube, mais conhecida como a antiga Rua do Anjo.

1. Outros equipamentos

Nos equipamentos sociais Lar de Santa Isabel (Vilar de Nantes) e lar Nossa Senhora da Conceição (Vidago) existem capelas privativas, utilizadas para a celebração da eucaristia, missas comemorativas e outros atos de teor religioso sempre que oportuno.

IV. ADMINISTRAÇÃO GERAL DA IRMANDADE

1. Gestão do Património

Este setor, de relevante importância para a Misericórdia de Chaves, continua pendente da intervenção necessária para uma correta identificação, registo e avaliação do património imobiliário.


Atendendo à sua importância no processo de reorganização funcional da Misericórdia, este processo teve continuidade ao longo de 2020, através de um levantamento exaustivo do vertido nas Atas da Santa Casa da Misericórdia de Chaves, relativamente a esta matéria.



2. Serviços Operativos

Os serviços operativos da Santa Casa permitem que haja uma constante intervenção ao nível das necessidades de pequenas obras de beneficiação e reparação que vão surgindo nos diversos equipamentos sociais.

Das intervenções verificadas, no âmbito das especialidades necessárias: construção civil, pichelaria, carpintaria e eletricidade, apenas recorremos a serviços externos em circunstâncias em que a especificidade da intervenção ou a sua dimensão o justificaram.



3. Gestão Económica e Financeira

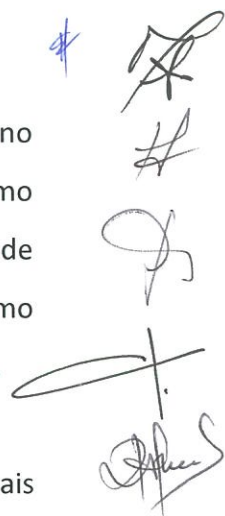
Neste ponto, pretende-se mostrar o desempenho económico da instituição no ano findo, por via da análise dos rendimentos obtidos e gastos suportados, bem como apresentar a sua situação financeira no final de 2020. Esta visão do que foi o ano de 2020, tanto na vertente económica como financeira, vai ser feita tomando como termo de comparação os valores dos grandes agregados que caracterizaram o ano de 2019.

Começando pela vertente económica e no que concerne aos rendimentos anuais obtidos, o ano de 2020 apresenta algumas especificidades relativamente ao ano anterior. Assim:

- ✓ O valor das “Vendas e serviços prestados” não apresenta oscilação visível;
- ✓ O valor dos “Subsídios” apresenta um decréscimo significativo, a rondar os 210.000 €;
- ✓ O valor dos “Outros rendimentos”, ao contrário do sucedido com os Subsídios, cresceu significativamente, sendo que tal crescimento cifrou-se em quase 120.000 €.

Subjacente ao decréscimo verificado no valor dos Subsídios, encontra-se a atribuição à Santa Casa, em 2019, de uma verba pelo valor de 554.000 €, oriunda do Fundo de Socorro Social, a qual em nada se relaciona com os subsídios que recorrentemente a Sta. Casa foi recebendo da Segurança Social respeitantes aos Acordos de Cooperação firmados com esta. Dessa verba de 554.000 € foram recebidos 227.605,87 € em finais de 2019, tendo o restante sido totalmente recebido em março e abril de 2020. Apesar de o recebimento do referido subsídio ter ocorrido em 2019 e 2020, a verdade é que todo ele foi reconhecido, pela totalidade, como rendimento de 2019; por conseguinte, constata-se que os rendimentos de 2019 foram totalmente impactados, pela positiva, por aquele montante de 554.000 €, ao passo que tal montante em nada contribuiu para o avolumar dos rendimentos de 2020.

Então, já se começa a perceber o motivo pelo qual o valor total dos subsídios desceu assim tanto de 2019 para 2020. No entanto, a verdade é que a magnitude dessa descida



não igualou nem se aproximou daqueles 554.000 €, antes rondando apenas os já indicados 210.000 €. Quer isso dizer que a Santa Casa reforçou os seus rendimentos ao nível de algumas parcelas constitutivas do agregado Subsídios, o que lhe permitiu compensar, ainda que parcialmente, a ausência de rendimentos, em 2020, ligados ao Fundo de Socorro Social. Na verdade, importa ter presente que a rubrica “Subsídios” não se circunscreve às verbas transferidas pela Segurança Social e Fundo de Socorro Social, havendo outras fontes de rendimento que a compõem. É o caso, por exemplo, das transferências oriundas do IEFP a respeito dos apoios à contratação de pessoal, Fundo do Turismo, Município e outras. Portanto, o que sucedeu é que em 2020, por comparação com 2019, a Santa Casa viu crescer a subsidiação ligada a estas últimas componentes, como seja o caso, por exemplo, das verbas oriundas do Município, facto que lhe permitiu compensar a ausência de verbas respeitantes ao Fundo de Socorro Social.



Quanto às variáveis que afetaram o comportamento, pela positiva, da rubrica de “Outros Rendimentos”, destaca-se:

- O ganho decorrente da venda de um imóvel pela Santa Casa;
- A transferência, em 2020, de valores significativos pela Segurança Social decorrentes dos Acordos de Cooperação firmados com a instituição, respeitando esses valores ainda ao ano de 2019.

Fruto das oscilações acabadas de analisar, o total dos rendimentos obtidos em 2020 diminuiu aproximadamente 148.000 € em relação a 2019, a que corresponde uma variação percentual de -3,23%.

Deve observar-se que o rendimento associado ao Fundo de Socorro Social, todo ele imputado a 2019, é um facto de natureza extraordinária ou não recorrente. Portanto, excluindo-se o efeito gerado por tal rendimento, a variação acima apontada não teria tido lugar; pelo contrário, os rendimentos de 2020 teriam sido claramente superiores aos de 2019.



No domínio dos gastos suportados pela entidade, constata-se que a categoria que mais se destaca é a dos Gastos com o Pessoal. Na verdade, historicamente, estes Gastos assumem grande relevância pelo facto de comportarem valores muito elevados, a que naturalmente se associa um quadro de pessoal composto por um elevado número de efetivos.

Deve dizer-se que em instituições cujo objeto social passa pela assistência e apoio a pessoas idosas com alojamento e também pela exploração de creches e jardim-de-infância, é frequente e até normal os gastos com o pessoal assumirem valores muito significativos, já que se trata de atividades que exigem o concurso de muitas pessoas para que uma série de tarefas manuais possa ser executada, tudo para a concretização diária daquela assistência e apoio. Para além disso, as Leis e Regulamentos que orientam e regulam este tipo de atividades, cuja vigilância em termos de aplicação compete à Segurança Social, impõem todo um quadro de pessoal numeroso para a realização e apoio de atividades de carácter social.

Ocupando os Gastos com o Pessoal um lugar central na gama dos gastos globalmente suportados pela instituição e sabendo-se que a mesma não possui rendimentos para além daqueles que resultam da sua atividade normal/quotidiana, haverá que fazer um esforço diário e criterioso na gestão do pessoal, sob pena de se colocar em causa o equilíbrio económico da mesma, logo, a sua sustentabilidade.

Portanto e não se ignorando também o controlo a exercer sob outras categorias de gastos, o órgão diretivo da Santa Casa da Misericórdia de Chaves procurará exercer atenta vigilância ao nível do seu quadro de pessoal, em ordem à respetiva e possível racionalização.

No que se refere ao comportamento do “Custo das Matérias Consumidas” e dos “Fornecimentos e Serviços Externos” (FSE), há que analisar tal comportamento numa perspetiva agregada. Na verdade, no decurso de 2020, o serviço de refeições e de lavandaria passou a ser prestado por duas entidades subcontratadas pela Santa Casa, facto que contribuiu para o crescimento importante daqueles Fornecimentos e Serviços e para o decréscimo, igualmente importante, do mencionado Custo das Matérias Consumidas.



Ora, em 2020 e em termos agregados, verifica-se que o Custo em questão e os FSE ascenderam a 1.241.000 €, ao passo que no ano anterior esse somatório foi de 1.053.000 €, sensivelmente. Assim, estamos perante um crescimento mais ou menos visível no contexto deste agregado, facto que deriva, em especial, do aumento operado nos FSE.

O aumento operado na rubrica “Outros Gastos”, a rondar os 74.000 €, deriva, em especial, do reconhecimento da perda imputável ao Investimento Financeiro aplicado na Escola Profissional e da Provisão que foi constituída para atender à perda potencial que possa advir de várias penalidades e juros aplicados pela Segurança Social associados a períodos anteriores a 2020.

A variação registada no valor contabilizado a respeito das “Depreciações” não tem expressão, pelo que não merece abordagem particular.

Quanto aos Gastos de Financiamento, o aumento verificado, no valor de 23.000 €, tem origem na reestruturação do passivo bancário operada em março de 2020 e em juros de mora debitados por entidades terceiras.

A reestruturação supra referida teve como consequência, entre outros factos, o aumento do valor do endividamento bancário, facto que contribuiu para o agravamento do valor dos juros em valor absoluto (embora as taxas de juro sejam mais favoráveis).

Do efeito conjugado da evolução dos Gastos e Rendimentos acabada de expor, resultou um decréscimo muito acentuado do valor do Resultado Líquido, decréscimo que se cifrou em 459.000 €. Na verdade, de um Resultado Líquido positivo igual a, sensivelmente, 312.000 € em 2019, passou-se para um Resultado negativo de 147.000 € em 2020, aproximadamente. Tal como resulta de tudo o que acima se expôs, o motivo principal subjacente a esta variação advém da diminuição do valor dos subsídios à exploração, sendo que essa diminuição deve ser considerada como não recorrente (ou extraordinária).



O incremento do valor dos Fornecimentos e Serviços Externos, descontando já o efeito exercido pela subcontratação dos serviços de lavandaria e de alimentação, também deram um contributo relevante para aquela diminuição do Resultado Líquido.

ME euros

| Contas de Resultados | 2020 | 2019 | Variação | Var. % |
|--------------------------------|--------------|--------------|-------------|---------------|
| Vendas e prestação de serviços | 1 764 | 1 821 | -57 | -3,13 |
| Subsídios | 2 343 | 2 553 | -210 | -8,23 |
| Outros rendimentos | 316 | 197 | 119 | 60,57 |
| Total dos Rendimentos | 4 423 | 4 571 | -148 | -3,23 |
| CMVMC | 446 | 604 | -158 | -26,16 |
| FSE | 795 | 449 | 346 | 77,06 |
| Gastos c/ pessoal | 2 927 | 2 907 | 20 | 0,69 |
| Outros gastos | 102 | 28 | 74 | 264,29 |
| Gastos de financiamento | 69 | 46 | 23 | 50,00 |
| Depreciações | 231 | 225 | 6 | 2,67 |
| Total dos Gastos | 4 570 | 4 259 | 311 | 7,30 |
| Resultado líquido | -147 | 312 | -459 | 147,15 |

Vejamos agora a estrutura do Balanço nos dois anos findos:

ME euros

| Balanço | 2020 | 2019 | Variação | Var. % |
|---|--------------|--------------|-------------|--------------|
| Ativo Não Corrente | 7 980 | 8 183 | -203 | -2,48 |
| Ativo Corrente | 520 | 544 | -24 | -4,41 |
| Total do Ativo | 8 500 | 8 727 | -227 | -2,60 |
| Total dos Fundos Patrimoniais | 4 915 | 6 042 | -1 127 | -18,65 |
| Passivo Não Corrente | 2 496 | 614 | 1 882 | 306,51 |
| Passivo Corrente | 1 089 | 2 071 | -982 | -47,42 |
| Total do Passivo | 3 585 | 2 685 | 900 | 33,52 |
| Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo | 8 500 | 8 727 | -227 | -2,60 |

As alterações mais importantes que surgem na estrutura do Balanço de 2019 para 2020 estão associadas ao Passivo da instituição, atingindo não só o Passivo Corrente como o não Corrente.

Essas alterações aconteceram por virtude da:

- Reestruturação do Passivo bancário, a qual conduziu a um aumento significativo do mesmo;
- Da liquidação de boa parte das obrigações vencidas para com terceiros – fornecedores e outros credores, onde se inclui o pessoal – o que conduziu a uma redução drástica do Passivo Corrente;
- Da imputação pela Segurança Social à instituição de responsabilidades financeiras de valor muito elevado resultante de um Processo aberto antes de 2020 (processo referente à inspeção de 2017), no contexto do qual foram detetadas várias irregularidades de natureza operacional e financeira.

Aquela reestruturação do passivo bancário implicou a contração de um financiamento bancário pelo valor de 1.600.000 €, com base no qual foram liquidados todos os financiamentos em curso à data. Por conseguinte, em termos líquidos, pode dizer-se que o aumento do passivo bancário é a resultante daquele valor, deduzido do valor dos financiamentos em curso à data da contração daquele financiamento.

Acrescentando ao aumento líquido do endividamento bancário aquelas responsabilidades que sobrevieram em 2020 para com a Segurança Social resultantes do incumprimento de regras de funcionamento na prestação de serviços aos utentes por parte da instituição – no valor aproximado de 882.000 € - obtém-se a explicação para o incremento do valor do Passivo não Corrente, já que o pagamento de tais responsabilidades e daquele financiamento será feito a longo prazo.

De todo o modo, é bem visível a redução do Passivo Corrente, a qual foi possível graças às verbas oriundas do Fundo de Socorro Social e da consolidação do passivo bancário. Na verdade, estas verbas tornaram possível a liquidação de valores significativos a terceiros que já se encontravam vencidos. Por conseguinte, assistiu-se ao aumento do passivo globalmente considerado, em virtude de a redução do Passivo Corrente não ter compensado o aumento do endividamento a médio e longo prazo (Passivo não Corrente).



Por força do antedito, é evidente que a instituição tem, nesta altura, todas as suas obrigações em dia, tanto ao nível dos pagamentos a fornecedores como ao seu pessoal. Nestas circunstâncias, a gestão corrente tem vindo a processar-se sem sobressaltos, sem o risco inerente à suspensão dos fornecimentos dos *inputs* necessários ao exercício da sua atividade.

Também não existem dívidas em mora para com a AT nem para com a Segurança Social, encontrando-se negociado com esta o pagamento do valor acima mencionado.

A diminuição dos Fundos Patrimoniais está diretamente ligada à contabilização do valor da responsabilidade para com a Segurança Social acima referida, a qual não afetou os Resultados do ano de 2020 mas sim diretamente os Fundos Patrimoniais; isto, pelo facto de a aplicação em causa ter por fundamento factos ocorridos em anos anteriores ao de 2020.

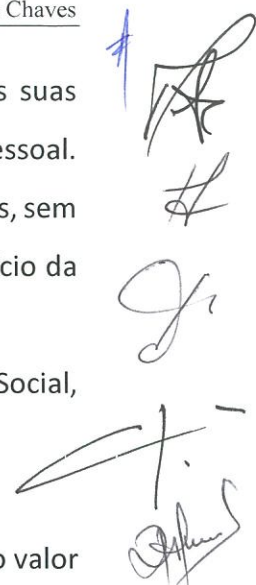
4. Perspetivas

Foi elaborado um plano de atuação, a desenvolver num horizonte de médio prazo, com vista a:

- ✓ Racionalizar a atividade corrente da entidade;
- ✓ Implementar um conjunto de investimentos de valor significativo, com a finalidade de proporcionar a efetivação daquela racionalização e ir ao encontro dos padrões de exigência da Segurança Social no contexto da qualidade do serviço que deve ser prestado.

Já está em curso a implementação daqueles investimentos e a melhoria da qualidade das instalações da Santa Casa, tudo investimentos indispensáveis ao prosseguimento da atividade dentro dos padrões que se exigem, para o que se contará com o apoio:

- De fundos públicos em condições de subsídio ao investimento não reembolsável, resultante de verbas inerentes a programas comunitários aplicáveis;
- Apoio bancário decorrente da predita consolidação do passivo;



- Apoio por parte do Município, à luz e no contexto de um Contrato Programa que foi celebrado a propósito em 2019.

Para além destas preocupações, de cariz estratégico, a Mesa Administrativa terá de adotar uma postura de muita cautela no domínio da gestão corrente, considerando o aumento significativo do valor do passivo total a que acima se aludiu, embora a maior parte dele seja de maturidade relativamente longa.

5. Proposta de aplicação de resultados

Propõe-se que o Resultado Líquido do período, no valor de 147.084,81 €, negativo, seja mantido em Resultados Transitados.

6. Nota Final

Terminamos este relatório manifestando o nosso reconhecimento a todos os utentes, colaboradores, Irmãos da Santa Casa, instituições e outros que com a sua generosa participação contribuíram para o prosseguimento da nobre Missão da Santa Casa da Misericórdia de Chaves.

Chaves, 13 de abril de 2021

A Mesa Administrativa

Luís Roberto de Almeida
Augusto José
Riguel dos Santos Martins

Luís Roberto de Almeida
Edmundo António Pereira de Cez



RELATÓRIO DE CONTAS

2020



1. CONTAS DO EXERCÍCIO DO ANO DE 2020

- Nas contas agora apresentadas consta uma análise pormenorizada da situação económica e financeira da Santa Casa da Misericórdia e dos procedimentos contabilísticos e demais legislação aplicada:

- ✓ Balanço em 31 de dezembro de 2020
- ✓ Demonstração dos Resultados por Naturezas
- ✓ Demonstração de Fluxos de Caixa

- Anexo:

- ✓ Identificação da entidade
- ✓ Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
- ✓ Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros
- ✓ Ativos fixos tangíveis
- ✓ Custos de empréstimos obtidos
- ✓ Inventários
- ✓ Rendimentos e gastos
- ✓ Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
- ✓ Subsídios e outros apoios das entidades públicas
- ✓ Instrumentos financeiros
- ✓ Benefícios dos empregados
- ✓ Acontecimentos após a data de balanço
- ✓ Divulgações exigidas por outros diplomas legais
- ✓ Outras divulgações



2. BALANÇO

Santa Casa da Misericórdia de Chaves Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2020

(Valores expressos em euros)

| ATIVO | Notas | 31.Dez.20 | 31.Dez.19 |
|---|----------------|---------------------|---------------------|
| Ativo não corrente | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 5.4 | 7 679 802,26 | 7 859 882,74 |
| Bens do património histórico e cultural | 5.4 | 264 115,19 | 264 115,19 |
| Investimentos financeiros | 5.10.2/6 | 31 287,37 | 53 626,12 |
| Outro créditos e ativos não correntes | 5.10.7, 5.14.2 | 4 500,00 | 4 500,00 |
| Total do Ativo não corrente | | 7 979 704,82 | 8 182 124,05 |
| Ativo corrente | | | |
| Inventários | 5.6 | 22 926,24 | 14 462,16 |
| Créditos a receber | 5.2, 5.14.2 | 82 650,24 | 58 635,67 |
| Estado e outros entes públicos | 5.14.3 | 10 817,37 | 7 380,09 |
| Diferimentos | 5.14.4 | 1 020,56 | 1 318,39 |
| Outras ativos correntes | 5.2, 5.14.2 | 63 389,33 | 360 613,82 |
| Caixa e depósitos bancários | 5.14.1 | 339 737,42 | 101 764,59 |
| Total do Activo corrente | | 520 541,16 | 544 174,72 |
| Total do Ativo | | 8 500 245,98 | 8 726 298,77 |
| FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO | | | |
| Fundos patrimoniais | | | |
| Fundos | 5.10.3 | 40 538,18 | 40 538,18 |
| Resultados transitados | 5.4, 5.10.3 | -1 508 971,24 | -1 042 697,78 |
| Excedentes de revalorização | 5.4, 5.10.3 | 4 037 685,74 | 4 141 216,15 |
| Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais | 5.9, 5.10.3 | 2 492 956,83 | 2 590 360,46 |
| | | 5 062 209,51 | 5 729 417,01 |
| Resultado líquido do período | 5.10.3 | -147 084,81 | 312 360,45 |
| Total dos Fundos patrimoniais | | 4 915 124,70 | 6 041 777,46 |
| Passivo | | | |
| Passivo não corrente | | | |
| Financiamentos obtidos | 5.4, 5.10.8 | 1 703 574,34 | 613 985,67 |
| Outras dívidas a pagar | 5.14.5 | 792 360,64 | 0,00 |
| Total do Passivo não corrente | | 2 495 934,98 | 613 985,67 |
| Passivo corrente | | | |
| Fornecedores | 5.14.5 | 204 225,37 | 795 547,02 |
| Estado e outros entes públicos | 5.14.3 | 96 746,17 | 178 035,44 |
| Financiamentos obtidos | 5.4, 5.10.8 | 84 766,72 | 244 600,00 |
| Diferimentos | 5.14.6 | 38 510,29 | 25 676,58 |
| Outros passivos correntes | 5.14.5 | 664 937,75 | 826 676,60 |
| Total do Passivo corrente | | 1 089 186,30 | 2 070 535,64 |
| Total do Passivo | | 3 585 121,28 | 2 684 521,31 |
| Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo | | 8 500 245,98 | 8 726 298,77 |

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Chaves, 13 de abril de de 2021

Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa



3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Santa Casa da Misericórdia de Chaves

Demonstração dos Resultados Individuais Exercício findo em 31 de Dezembro de 2020

(Valores expressos em euros)

| | Notas | 31.Dez.20 | 31.Dez.19 |
|--|-------------------|--------------------|-------------------|
| Vendas e serviços prestados | 5.14.7 | 1 763 737,32 | 1 821 355,73 |
| Subsídios, doações e legados à exploração | 5.14.8 | 2 342 554,51 | 2 552 792,38 |
| Trabalhos para a própria entidade | | 0,00 | 1 744,99 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | 5.6 | -445 971,88 | -603 763,57 |
| Fornecimentos e serviços externos | 5.14.9 | -795 293,97 | -448 828,30 |
| Gastos com o pessoal | 5.14.10 | -2 926 861,00 | -2 907 523,65 |
| Provisões (aumentos/reduções) | | -42 054,70 | 0,00 |
| Outras imparidades (perdas/reversões) | 5.10.6 | 0,00 | 68,43 |
| Outros rendimentos e ganhos | 5.2, 5.9, 5.14.11 | 316 090,16 | 194 435,75 |
| Outros gastos e perdas | 5.14.12 | -59 503,45 | -27 738,39 |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | 152 696,99 | 582 543,37 |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | 5.2 | -230 494,43 | -224 548,28 |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | -77 797,44 | 357 995,09 |
| Juros e gastos similares suportados | 5.5, 5.14.13 | -69 287,37 | -45 634,64 |
| Resultado antes de impostos | | -147 084,81 | 312 360,45 |
| Resultado líquido do período | 5.10.3 | -147 084,81 | 312 360,45 |

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Chaves, 13 de abril de de 2021

Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

Força Feita do Alcega
Jorge José
Riguel dos Santos Martins

Edmundo António Vieira de Sá



4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Santa Casa da Misericórdia de Chaves

Demonstração de Fluxos de Caixa Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2020

(Valores expressos em euros)

| | Notas | 31.Dez.20 | 31.Dez.19 |
|--|--------|---------------------|--------------------|
| Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais | | | |
| Recebimentos de clientes e utentes | | 1 909 991,75 | 1 960 794,90 |
| Recebimentos de subsídios | | 2 691 650,04 | 2 267 263,01 |
| Pagamentos a fornecedores | | -1 866 285,63 | -1 032 903,90 |
| Pagamentos ao pessoal | | -3 286 144,78 | -2 985 994,84 |
| Caixa gerada pelas operações | | -550 788,62 | 209 159,17 |
| Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento | | -64,92 | -265,22 |
| Outros recebimentos/pagamentos | | -37 021,89 | 72 316,72 |
| Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1) | | -587 875,43 | 281 210,67 |
| Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento | | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | | -62 431,45 | -18 379,18 |
| Ativos intangíveis | | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos financeiros | | -4 233,79 | -3 732,49 |
| Outros ativos | | 0,00 | 0,00 |
| | | -66 665,24 | -22 111,67 |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | | 25 000,00 | 0,00 |
| Ativos intangíveis | | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos financeiros | | 0,00 | 0,00 |
| Outros ativos | | 5 123,97 | 5 367,97 |
| Subsídios ao investimento | | 0,00 | 0,00 |
| Juros e rendimentos similares | | 1,00 | 0,00 |
| Dividendos | | 0,00 | 0,00 |
| | | 30 124,97 | 5 367,97 |
| Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2) | | -36 540,27 | -16 743,70 |
| Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Financiamentos obtidos | | 1 600 000,00 | 0,00 |
| Realização de fundos | | 0,00 | 0,00 |
| Cobertura de prejuízos | | 0,00 | 0,00 |
| Doações | | 0,00 | 0,00 |
| Outras operações de financiamento | | 0,00 | 0,00 |
| | | 1 600 000,00 | 0,00 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Financiamentos obtidos | 5.10.8 | -670 244,61 | -180 372,10 |
| Juros e gastos similares | 5.5 | -67 366,86 | -45 371,14 |
| Dividendos | | 0,00 | 0,00 |
| Redução de fundos | | 0,00 | 0,00 |
| Outras operações de financiamento | | 0,00 | 0,00 |
| | | -737 611,47 | -225 743,24 |
| Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3) | | 862 388,53 | -225 743,24 |
| Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3) | | 237 972,83 | 38 723,73 |
| Efeito das diferenças de câmbio | | 0,00 | 0,00 |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 5.14.1 | 101 764,59 | 63 040,86 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 5.14.1 | 339 737,42 | 101 764,59 |

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Chaves, 13 abril de 2021

Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

5. ANEXO

5.1 Identificação da Identidade.

5.1.1 Denominação da entidade.

Santa Casa da Misericórdia de Chaves, pessoa coletiva número 501429930.

5.1.2 Lugar da sede social.

Largo Caetano Ferreira, Concelho de Chaves, Distrito de Vila Real.

5.1.3 Natureza da atividade.

A Santa Casa da Misericórdia de Chaves é uma IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social - que desenvolve atividades de apoio social para pessoas idosas, com e sem alojamento, e de educação pré-escolar.

5.2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

5.2.1 Indicação do referencial contabilístico (NCRF- ESNL e outros normativos que tenham sido aplicadas nos termos do disposto no parágrafo 2.3 da NCRF -ESNL).

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o normativo contabilístico aplicável às entidades sem fins lucrativos (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto- Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

5.2.2 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.





5.2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

a) Desde logo, importa referir que, do ponto de vista do total dos rendimentos obtidos e dos Resultados, o ano de 2019 foi um ano bastante atípico, quando comparado com a maior parte dos anos de atividade da entidade e, portanto, também quando comparado com o ano de 2020. Na verdade, em setembro/outubro de 2019 foi atribuído um subsídio à entidade proveniente do Fundo de Socorro Social, pelo valor de 554.000,00 €, o qual foi registado em “Subsídios à Exploração”. Este subsídio, de carácter muito pontual e extraordinário, acarretou um aumento do valor global dos rendimentos e dos Resultados respeitantes a esse ano por igual montante – 554.000,00 € - circunstância que não se repetiu em 2020. Por conseguinte, na comparação dos rendimentos e resultados entre os dois anos (exercícios) em confronto, em particular ao nível dos “subsídios à exploração” haverá que atender à circunstância aqui explicitada.

b) Do ponto de vista prático e financeiro, no decurso do ano de 2020 consumou-se o resultado de uma Ação Inspetiva levada a cabo pelos Serviços da Segurança Social ao funcionamento da Santa Casa, Ação essa que teve lugar num ano anterior (2017). Por força de um conjunto de situações classificadas como irregulares por tais Serviços ao nível do funcionamento de algumas valências, classificação essa que, em vários casos, é discutível, foi exigida à Santa Casa a devolução de 882.000 €. Tendo a Santa Casa acatado a decisão dos Serviços da Segurança Social e pelo facto de as irregularidades encontradas dizerem respeito a anos anteriores, a responsabilidade decorrente dessa devolução não afetou os gastos do ano de 2020 e, por conseguinte, os resultados deste ano, mas sim, diretamente, os seus Fundos Patrimoniais. Portanto, no ano de 2020, os Fundos Patrimoniais da instituição foram diretamente diminuídos por 882.000 €, o que levou ao incremento das suas responsabilidades financeiras por igual montante, logo, ao incremento do seu Passivo. O pagamento (devolução) aqui em apreço irá ocorrer num prazo longo, pelo que o passivo correspondente é, maioritariamente, de longo prazo (não corrente).

c) Em 2020 foi operada a reestruturação do passivo da entidade.

Essa reestruturação passou pela consolidação do seu passivo bancário, a qual implicou a contração de um financiamento de longo prazo pelo valor de 1.600.000 €, com base no qual foram liquidados todos os financiamentos em curso à data e, também, algumas dívidas vencidas a terceiros.



Por outro lado, com base nos fundos provenientes do Fundo de Socorro Social, recebidos na parte final de 2019 e em março de 2020, foram liquidadas todas as dívidas ao Pessoal e todas as dívidas vencidas para com fornecedores.

Face ao exposto, conclui-se que a alteração radical da composição e do valor do passivo da entidade deverá ser entendida e explicada a esta luz.

5.3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.

5.3.1 Principais políticas contabilísticas:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas tendo por base o modelo do custo histórico e de acordo com as seguintes bases de apresentação: pressuposto da continuidade, pressuposto do acréscimo, consistência de apresentação, materialidade e agregação, não compensação e informação comparável.

b) Outras políticas contabilísticas.

Ativos fixos tangíveis

No ano de 2010 a Instituição procedeu a uma reavaliação livre de alguns dos seus imóveis. Dessa reavaliação resultou um incremento no património da Santa Casa de 5.176 mil euros.

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida. Na data da transição para a NCRF-ESNL, 1 de janeiro de 2011, a mesa administrativa decidiu considerar o custo dos imóveis, o seu custo considerado a 31.12.2010.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Ainda não foi possível proceder à realização do trabalho conducente à identificação, titularidade e valorização do património da entidade e sua reconciliação com os registos contabilísticos.



Assim, não foi ainda possível proceder á completa e correta valorização do património imobiliário da Instituição.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

| | Anos de vida útil |
|--------------------------------|----------------------|
| Edifícios e outras construções | até 50 |
| Equipamento básico | 4 - 8 |
| Equipamento de transporte | 3 - 7 |
| Ferramentas e utensílios | 3 - 7 |
| Equipamento administrativo | 2 - 10 |
| Outros activos fixos tangíveis | 1 - 6 |

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registados como gastos no período em que são incorridas.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em quotas anuais durante as vidas úteis estimadas.

Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua prestação de serviço.

O método de custeio dos inventários adotado pela instituição é o FIFO.

Ativos e Passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período.

No final de 2020 (e de 2019) a entidade não era titular deste tipo de instrumentos financeiros.

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo



desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

No final de cada ano, a entidade avalia a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a entidade reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Nesta categoria incluem-se os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Crédito a receber e outras dívidas a receber

Os saldos de clientes, utentes e outras dívidas a receber são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

b) Caixa e depósitos bancários.

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. São mensurados pelo seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são registados ao custo, ou seja, e em regra, pelo seu valor nominal.

d) Financiamentos obtidos.

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos na base do acréscimo.



Rédito

O rédito compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da entidade, líquido de impostos, abatimentos e descontos.

A entidade reconhece rédito quando este possa ser razoavelmente mensurável e seja provável que a entidade obtenha benefícios económicos futuros.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja, quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Subsídios

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações/amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Provisões

São constituídas Provisões sempre que exista risco razoável de ocorrerem exfluxos monetários a partir da entidade num futuro previsível e o quantitativo de tais fluxos possa ser mensurado com fiabilidade.

Impostos sobre Rendimentos

Face ao seu reconhecimento como IPSS a entidade encontra-se isenta de IRC. Decorrente deste enquadramento, não são reconhecidos quaisquer impostos sobre lucros, havendo apenas uma exceção sem qualquer relevância.

Periodizações

Os seus rendimentos e gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Créditos a receber”, “Outros passivos correntes” e em “Diferimentos”.

a) Principais pressupostos relativos ao futuro.

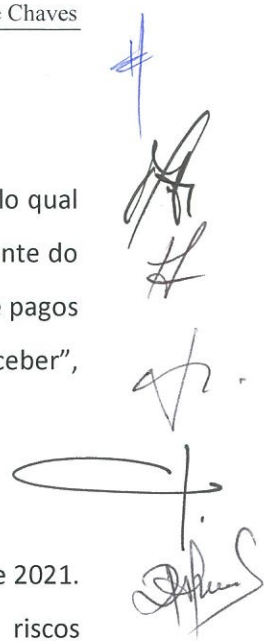
A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano de 2021. Nestas condições, não têm lugar os riscos referidos em epígrafe, sendo que os riscos identificados na fase de preparação das contas de 2020 já nelas foram incorporados.

b) Principais fontes de incerteza das estimativas.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período, nomeadamente os relativos aos ativos fixos tangíveis (vidas úteis e métodos de depreciação), eventuais perdas por imparidade de créditos sobre terceiros e provisões.

5.3.2 Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

Em outubro de 2018 foi celebrado um Contrato-Programa com o Município de Chaves, nos termos do qual:





- ✓ Foi atribuída uma comparticipação financeira à Santa Casa pelo valor total de 700.000,00 €;
- ✓ Foi recebida uma primeira tranche de 35.000,00 € em 2019;
- ✓ Entre 2020 até 2028 serão recebidos 70.000,00 € por ano;
- ✓ Em 2029 serão recebidos mais 35.000,00 €;
- ✓ A comparticipação financeira em questão é destinada aos projetos de melhoria das instalações e equipamentos sociais da Sta. Casa, permitindo, assim, promover melhores respostas sociais e de qualidade dos serviços.

Numa primeira fase, entendeu-se que os valores resultantes do predito Contrato Programa seriam entendidos e classificados como subsídios ao investimento, influenciando assim os resultados apenas na medida do quantitativo das depreciações dos bens de investimento subsidiados. Porém, tendo-se verificado que algumas operações subsidiadas por estes fundos são classificadas como operações de despesa corrente, designadamente despesas com melhoria de instalações, mas que não merecem ser entendidas como despesas de capital, foi alterada a política de tratamento contabilístico associada a estas transferências pecuniárias.

De tal alteração decorreu:

- (i) O reconhecimento em rendimentos de 2020 dos 70.000 € transferidos nesse ano, acima referidos;
- (ii) A transferência para rendimentos de 2020 dos 35.000 € transferidos em 2019, acima referidos, os quais, nesse ano, haviam sido reconhecidos como subsídios ao investimento.

Por conseguinte, em consequência da presente alteração de entendimento/política e, em particular, do especificado em (ii), os rendimentos de 2020 foram aumentados em 35.000 €, por via da diminuição dos Fundos Patrimoniais.

Acabou por se concluir que, na prática, seria demasiado complexo imputar a cada despesa de investimento e de natureza corrente o proporcional dos fundos atribuídos pelo Município, vertidos no predito Contrato Programa, bem como efetuar o controlo de tal imputação, motivo pelo qual aquela verba global constante desse Contrato é reconhecida em rendimentos à medida que as transferências vão sendo realizadas, sendo certo que essa realização é consumada de forma linear ao longo do período de vigência do Contrato.

Para além do predito, não existiram alterações nas políticas contabilísticas adotadas.



5.3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

À data do encerramento das contas de 2019 existiam alguns assuntos pendentes com o Instituto da Segurança Social decorrentes de uma Ação Inspetiva levada a efeito em ano anterior, os quais envolviam a discussão de aspetos de índole logística e operativa no contexto do funcionamento da Santa Casa. O desfecho desses pendentes poderia ter um impacto financeiro na entidade, de grande ou pequena dimensão, consoante a amplitude de tal desfecho. Porém, não foram quantitativamente refletidos nas contas de 2019 esses potenciais efeitos, resultantes de um desfecho desfavorável para a Santa Casa de todo este processo, em virtude de, nessa altura:

- ✓ Não se conhecerem com a devida certeza os quantitativos que estavam causa;
- ✓ Qual o desfecho previsível das discussões que estavam a ter lugar com vista ao encerramento do processo;
- ✓ O verdadeiro ponto da situação dos vários problemas em discussão;
- ✓ Qual a reação que aquele Instituto poderia vir a tomar no futuro.

Face ao exposto, no contexto das contas do ano de 2019 não foram reconhecidas provisões a propósito desta situação, tendo esta matéria sido encarada como passivo contingente.

Entretanto, tendo o supra citado processo chegado ao seu termo no decurso de 2020, com desfecho totalmente desfavorável à Santa Casa, os efeitos financeiros daí resultantes foram integralmente reconhecidos neste exercício 2020.

A dimensão desses efeitos e a forma do seu reconhecimento encontram-se mencionados no ponto 5.2.3, alínea b).

Não existiram alterações nas estimativas com efeitos em períodos futuros.

5.3.4 Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

No contexto dos subsídios atribuídos à Santa Casa pela Segurança Social, com frequência este organismo procede ao acerto dos montantes atribuídos em determinado ano apenas no ano seguinte e, por vezes, já muito depois de encerradas as contas daquele ano. Não sendo fácil estimar a natureza e a magnitude desses acertos, para efeitos de encerramento das contas referentes a qualquer exercício não é feita qualquer estimativa dirigida aos mesmos. Portanto, ocorrendo acertos referentes a determinado ano já depois de encerradas as contas desse ano, os mesmos são tratados como rendimentos ou gastos no ano em que ocorrem, ou seja e geralmente, no ano seguinte àquele a que dizem respeito.



No ano de 2020, e somando aos apontados acertos outros factos de muito menor relevância mas agregados àqueles do ponto de vista contabilístico, constata-se que as correções de erros de períodos anteriores tiveram um impacto positivo nos resultados de 2020 de 91.023,59 € e um impacto negativo igual a 25.493,08 €.

Ainda a este propósito e a juntar ao acima referido, assinala-se que o entendimento conferido ao teor do Contrato Programa celebrado com o Município de Chaves, entendimento esse que foi modificado relativamente a 2019 por motivos de ordem prática, fez com que os rendimentos contabilizados em 2020 tivessem crescido 35.000 €. Neste particular, atentar ao mencionado no ponto 5.3.2.

5.4 Ativos fixos tangíveis

5.4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

- a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;
- b) Métodos de depreciação usados;
- c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas.
Ver 5.3.1 b)
- d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições,
- e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações.



Em 31 dezembro de 2020 e 2019 esta classe de Ativos apresenta os seguintes movimentos:

| 31 de Dezembro de 2020 | | | | | | |
|------------------------------------|----------------------|-------------------|----------------|----------------|-----------------------|--|
| Saldo em 01-Jan-20 | Aumentos | Abates | Transferências | Revalorizações | Saldo em 31-Dez-20 | |
| Custo: | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 503 737,89 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 503 737,89 | |
| Edifícios e outras construções | 8 954 804,96 | 15 667,70 | 0,00 | 0,00 | 8 970 472,66 | |
| Equipamento básico | 1 115 928,71 | 19 369,48 | 0,00 | 0,00 | 1 135 298,19 | |
| Equipamento de transporte | 346 153,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 346 153,76 | |
| Equipamento administrativo | 170 567,93 | 3 760,41 | 0,00 | 0,00 | 174 328,34 | |
| Outros ativos fixos tangíveis | 134 740,31 | 10 976,50 | 0,00 | 0,00 | 145 716,81 | |
| Ativos fixos tangíveis em curso | 8 118,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8 118,00 | |
| | 11 234 051,56 | 49 774,09 | 0,00 | 0,00 | 11 275 707,65 | |
| Depreciações acumuladas | | | | | | |
| Edifícios e outras construções | 1 736 114,44 | 186 649,67 | 0,00 | 0,00 | 1 922 764,11 | |
| Equipamento básico | 1 059 498,91 | 5 633,50 | 0,00 | 0,00 | 1 065 132,41 | |
| Equipamento de transporte | 315 000,49 | 31 139,80 | 0,00 | 0,00 | 346 140,29 | |
| Equipamento administrativo | 162 700,13 | 4 519,49 | 0,00 | 0,00 | 167 219,62 | |
| Outros ativos fixos tangíveis | 100 854,85 | 2 551,97 | 0,00 | 0,00 | 103 406,82 | |
| | 3 374 168,82 | 230 494,43 | 0,00 | 0,00 | 3 604 663,25 | |
| Ativo fixo tangível líquido | 7 859 882,74 | | | | 7 671 044,40 | |

| 31 de Dezembro de 2019 | | | | | | |
|------------------------------------|----------------------|-------------------|----------------------|----------------|-----------------------|--|
| Saldo em 01-Jan-19 | Aumentos | Abates | Transferências | Revalorizações | Saldo em 31-Dez-19 | |
| Custo: | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 453 737,89 | 50 000,00 | 0,00 | 0,00 | 503 737,89 | |
| Edifícios e outras construções | 10 442 072,65 | 19 874,14 | -1 507 141,83 | 0,00 | 8 954 804,96 | |
| Equipamento básico | 1 111 441,21 | 4 487,50 | 0,00 | 0,00 | 1 115 928,71 | |
| Equipamento de transporte | 346 153,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 346 153,76 | |
| Equipamento administrativo | 170 567,93 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 170 567,93 | |
| Outros ativos fixos tangíveis | 134 740,31 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 134 740,31 | |
| Ativos fixos tang. em curso | 0,00 | 8 118,00 | 0,00 | 0,00 | 8 118,00 | |
| | 12 658 713,75 | 82 479,64 | -1 507 141,83 | 0,00 | 11 234 051,56 | |
| Depreciações acumuladas | | | | | | |
| Edifícios e outras construções | 1 851 103,72 | 186 439,11 | -301 428,39 | 0,00 | 1 736 114,44 | |
| Equipamento básico | 1 053 446,62 | 6 052,29 | 0,00 | 0,00 | 1 059 498,91 | |
| Equipamento de transporte | 283 860,70 | 31 139,79 | 0,00 | 0,00 | 315 000,49 | |
| Equipamento administrativo | 162 700,13 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 162 700,13 | |
| Outros ativos fixos tangíveis | 99 937,76 | 917,09 | 0,00 | 0,00 | 100 854,85 | |
| | 3 451 048,93 | 224 548,28 | -301 428,39 | 0,00 | 3 374 168,82 | |
| Ativo fixo tangível líquido | 9 207 664,82 | | | | 7 859 882,74 | |

f) **Quantia e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural.**

Em 31 de dezembro de 2020 a instituição apresenta bens relacionados com o património histórico e cultural no valor de 264 115,19 euros.

De acordo com o normativo aplicável, NCRF-ESNL, estes bens não são objeto de depreciação.

Tal como referido na nota 5.3.1 b) Ativos fixos tangíveis, esta tipologia de bens não se encontra identificada, podendo a correspondente valorização não estar correta, pelo que a contabilidade poderá não refletir convenientemente o valor deste agregado de bens.



5.4.2 Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos.

| Ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos | | | | |
|--|-------------------|---------------------|--------------------|---------------------------------|
| Imóveis | Forma de garantia | Passivo 31/12/2020 | Passivo 31/12/2019 | Beneficiário |
| Prédio urbano estrada Verin-matriz n.º 350 | Hipoteca | 0,00 | 216 761,61 | Millennium BCP n.º 256440851 |
| Lar Vilarelho da Raia, prédio n.º 1024 e Lar de Vidago, prédio n.º 1744 | Hipoteca | 0,00 | 332 624,06 | M.Geral n.º 163-36-100096-7 |
| Prédio urbano, sito em Gafos, freguesia de Santa Maria Maior, Chaves - U-1310 | Hipoteca | 250 000,00 | 250 000,00 | Centro Social e Paroquial |
| Lar Vilarelho da Raia, prédio n.º 1024 e Lar de Vidago, prédio n.º 1744 e o Prédio urbano estrada Verin - matriz n.º 350 | Hipoteca | 1 538 341,06 | 0,00 | Crédito Agrícola n.º 5606894349 |
| | | <u>1 788 341,06</u> | <u>799 385,67</u> | |

5.4.3 Se os itens do ativo fixo tangível forem expressos por quantias revalorizadas, deve ser divulgado o seguinte:

a) A data de eficácia da revalorização.

Ver 5.3.1 b)

b) Os métodos e pressupostos aplicados nessa revalorização.

Foi aplicado o valor de mercado dos vários ativos revalorizados.

c) Movimentos ocorridos no excedente de revalorização durante o período, com uma explicação do tratamento fiscal dos elementos nele contidos.

Pela realização do excedente de revalorização, via depreciações do exercício, esta rubrica registou uma redução de 103.530,41 euros.

d) A quantia escriturada no balanço que teria sido reconhecida se os ativos fixos tangíveis não tivessem sido revalorizados.

Se a revalorização não tivesse ocorrido, a quantia de Ativos fixos tangíveis escriturada no Balanço reportado a 31/12/2020 seria de 3 640 849,89 euros, ou seja, inferior em 4 037 685,74 euros relativamente aos 7 678 535,63 euros apresentados no Balanço.

5.5 Custos de empréstimos obtidos.

Os juros de empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto no período a que dizem respeito. Em 2020, o valor destes gastos ascendeu a 69 287,37 euros, quando em 2019 o seu valor tinha sido de 45 634,64 euros.



5.6 Inventários.

5.6.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada.

Ver 5.3.1 b)

5.6.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade.

A instituição em 31 dezembro 2020 e 2019 apresenta as seguintes quantias escrituradas nas contas de inventários:

| | <u>31-Dez-20</u> | <u>31-Dez-19</u> |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Mercadorias | 11.321,00 | 5.616,00 |
| Matérias primas subsidiárias e de consumo | <u>11.605,24</u> | <u>8.846,16</u> |
| | <u>22.926,24</u> | <u>14.462,16</u> |

5.6.3 Quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período, bem como de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período, e circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a tal reversão.

O custo das mercadorias e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos 31 de dezembro 2020 e 2019 é detalhado conforme segue:

| | 31-Dez-20 | | | 31-Dez-19 | | |
|-------------------------------|--|--------------------------|--------------------------|--|--------------------------|--------------------------|
| | Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | Mercadorias | Total | Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | Mercadorias | Total |
| Saldo inicial em 1 de Janeiro | 8 846,16 | 5 616,00 | 14 462,16 | 9 506,00 | 0,00 | 9 506,08 |
| Regularizações | 14 413,80 | -558,00 | 13 855,80 | 16 911,40 | -889,00 | 16 022,40 |
| Compras | 253 345,16 | 187 235,00 | 440 580,16 | 434 107,25 | 158 590,00 | 592 697,25 |
| Saldo Final | <u>11 605,24</u> | <u>11 321,00</u> | <u>22 926,24</u> | <u>8 846,16</u> | <u>5 616,00</u> | <u>14 462,16</u> |
| Custo das mercadorias | <u>264 999,88</u> | <u>180 972,00</u> | <u>445 971,88</u> | <u>451 678,49</u> | <u>152 085,00</u> | <u>603 763,57</u> |



5.7 Rendimentos e gastos.

5.7.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.

No que se refere aos réditos provenientes dos serviços prestados, o reconhecimento dos mesmos é feito imediatamente após a prestação de tais serviços.

Face à natureza dos serviços prestados pela entidade, não se colocam problemas associados à determinação da fase de acabamento respetiva, visto que essa prestação é consumada num lapso de tempo relativamente curto, sendo o rédito correspondente imediatamente reconhecido logo após essa consumação.

5.7.2 Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excecionais.

Os rendimentos e gastos de 2020 com dimensão ou incidência excecionais são os já mencionados em 5.2.3.

5.8 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de ativos e passivos contingentes à data do balanço.

Não existem ativos contingentes. Contudo, a propósito do Contrato Programa celebrado com o Município de Chaves, já devidamente retratado, a entidade deverá receber até ao final do ano de 2029 o valor de 595.000 €, recebimento esse que sucederá em tranches anuais.

O direito a receber aquele montante global por parte da entidade não se encontra refletido na contabilidade da mesma, por se entender que tal recebimento está dependente do cumprimento de certos requisitos por parte desta à medida que os anos forem decorrendo, até 2029.

#

AS

#

J.

J.

AS



5.9 Subsídios e outros apoios das entidades públicas.

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais.

Estes subsídios, reconhecidos pela Instituição em Fundos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019, são detalhados conforme segue:

| | <u>31-Dez-20</u> | <u>31-Dez-19</u> |
|------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Piddac | 918 957,12 | 951 257,52 |
| Igreja Misericórdia | 14 674,81 | 15 209,44 |
| Comp. Pública Nacional | 135 479,15 | 139 479,85 |
| FEDER | 238 231,88 | 245 399,78 |
| IGFSS | 0,00 | 13 400,00 |
| Município de Chaves | 0,00 | 40 000,00 |
| | <u><u>1 307 342,96</u></u> | <u><u>1 404 746,59</u></u> |

No ano corrente foi imputado ao rendimento do período o montante de 62.403,63€.

5.10 Instrumentos financeiros.

5.10.1 Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.

Ver 5.3.1 b)

5.10.2 Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:

- a) Cotação de mercado; e
- b) Justo valor, alterações no justo valor inscritas diretamente na demonstração de resultados e alterações de justo valor inscritas nos fundos patrimoniais, para cada categoria de instrumentos financeiros.

Não foi reconhecido qualquer ajustamento na demonstração dos resultados do período inerente ao justo valor de ativos.



5.10.3 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais.

Fundos

Esta rubrica não sofreu qualquer alteração no exercício de 2020.

Excedentes de Revalorização

Esta rubrica inclui reavaliações livres ao nível de Ativos Fixos Tangíveis realizadas em exercícios anteriores.

Pela realização do excedente de revalorização, via depreciações do exercício, esta rubrica registou uma redução de 103.530,41 euros, tal como já mencionado em 5.4.3 c), e teve como contrapartida a rubrica de “Resultados Transitados”.

Resultados Transitados

Além do movimento acabado de referir, ocorreram outros movimentos de valor significativo no seio dos Resultados Transitados; são eles:

- Incremento destes Resultados por força da transferência para estes do valor do Resultado Líquido do exercício de 2019, no montante de 312 360,45 euros:
- Redução destes Resultados por força da contabilização nestes do valor total das verbas a entregar à Segurança Social decorrentes do desfecho do Processo já descrito. Esse total ascende a 882.164,32 €.

Outras variações nos fundos patrimoniais

Esta rubrica inclui os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis no montante de 1 307 342,96 euros (ver também nota 5.9 Subsídios e outros apoios das entidades públicas), doações no valor de 862 861,31 euros e o reconhecimento da participação financeira na Associação Promotora do Ensino Profissional para o Alto Tâmega no valor de 330 000,00 euros.

**Resultado líquido do período**

O resultado líquido do período de 2020 é de -147 084,81€, enquanto o do período de 2019 foi de 312 360,45, euros.

| | <u>31-Dez-20</u> | <u>31-Dez-19</u> |
|--|------------------|------------------|
| Fundos | 40 538,18 | 40 538,18 |
| Excedentes de revalorização | 4 037 685,74 | 4 141 216,15 |
| Resultados transitados | -1 508 971,24 | -1 042 697,78 |
| Ajustamento/Outras var.fundos patrimoniais | 2 492 956,83 | 2 590 360,46 |
| Resultado líquido do período | -147 084,81 | 312 360,45 |

5.10.4 Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor e termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor.

Não existem ativos financeiros dados em garantia.

5.10.5 Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:**a) Quantia das dívidas com duração residual superior a cinco anos.**

A instituição tem dívidas com pagamento para além do período de cinco anos. Essas dívidas são:

** Financiamento junto do Crédito Agrícola

» Valor total da dívida em 31/12/2020 resultante do financiamento de 1.600.000,00 €:
1.538.341,06 €

» Valor a pagar para além do período de cinco anos: 1.083.267,00 €

** Dívida à Segurança Social resultante de uma Ação Inspeciva:

» Valor da dívida à Segurança Social em 31/12/2020: 858.639,92 €

» Valor a pagar para além do período de cinco anos: 505.773,92 €

b) Quantia de todas as dívidas cobertas por garantias reais prestadas pela entidade, e indicação da natureza e da forma dessas garantias.

As únicas dívidas da instituição nestas condições são as mencionadas em 5.4.2.

A natureza e a forma das garantias prestadas a respeito dessas dívidas com reporte a 31/12/2020 consubstanciam-se em hipotecas sobre:



- ✓ Prédio urbano estrada Verin-matriz n.º 350: **496 648,08 euros**;
- ✓ Lar Vilarelho da Raia, prédio n.º 1024: **177 979,42 euros**;
- ✓ Lar de Vidago, prédio n.º 1744: **1 409.017,80 euros**;
- ✓ Prédio urbano, sito em Gafos, freguesia de Santa Maria Maior, Chaves - U-1310: **311 584,75 euros**.

5.10.6 Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor.

Os únicos ajustamentos de valor reconhecidos no período de 2020 para instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor são os relacionados com a participação financeira da instituição no capital da Associação Promotora do Ensino Profissional para o Alto Tâmega, a qual é constituída por 330 unidades de participação, pelo valor nominal de 1 000,00 euros cada. Estes investimentos financeiros encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

A tabela seguinte ilustra a posição desta participação financeira no final de 2020 e de 2019.

| | 2020 | 2019 |
|---|------------|------------|
| ✓ 330 unidades de participação com valor nominal | 330 000,00 | 330 000,00 |
| ✓ Reconhecimento de imparidades no valor de | 281 700,41 | 281 700,41 |
| ✓ Valor líquido | 16 114,59 | 41 052,15 |
| ✓ Resultado do ano da Participada imputável à SCMC | -24 937,56 | 68,43 |
| ✓ Ajustamentos em ativos financeiros (decorrentes de outras variações nos capitais próprios da Participada) | -7 247,44 | -7 247,44 |

Ainda no que se refere à participação financeira na Escola Profissional, apresenta-se o detalhe da correspondente evolução até ao final de 2020 e de 2019, aí se evidenciando a imparidade que lhe está associada.

Desconhece-se o justo valor da participação em apreço, pelo que poderá existir um desvio apreciável entre este e o valor pelo qual tal participação se encontra contabilizada.



Associação Promotora do Ensino Profissional para o Alto Tâmega - Posição no final de 2019
(com base na informação financeira a 31 de dezembro de 2018)

| | |
|--|------------|
| 1. Valor bruto do investimento | |
| 414 Investimentos noutras empresas | |
| 4141 Partes de Capital | 330 000,00 |
| 2. Valor global da imparidade | |
| 41912 Perdas por imparidade | 281 700,41 |
| 3. Valor líquido do investimento | 41 052,15 |
| 4. Reforço/Reversão da imparidade observada no ano | |
| 7623 - Em investimentos financeiros (reversão) | 68,43 |
| 5. Ajustamento em ativos financeiros | |
| Decorrentes de outras variações nos capitais próprios da participada | |
| 5713 | -7 247,44 |

Associação Promotora do Ensino Profissional para o Alto Tâmega - Posição no final de 2020
(com base na informação financeira a 31 de dezembro de 2019)

| | |
|--|------------|
| 1. Valor bruto do investimento | |
| 414 Investimentos noutras empresas | |
| 4141 Partes de Capital | 330 000,00 |
| 2. Valor global da imparidade | |
| 41912 Perdas por imparidade | 281 700,41 |
| 3. Ajustamento em ativos financeiros | |
| 3.1 Decorrentes de outras variações nos capitais próprios da participada | |
| 5713 | -7 247,44 |
| 3.2 Resultado do ano da participada imputável à SCMC | |
| 4149 | -24 937,56 |
| 4. Valor líquido do investimento | 16 114,59 |

Adverte-se que, pelo facto de ainda não estarem disponíveis as contas do ano de 2020 da participada, o valor da participação financeira em causa apenas tem em linha de conta o fecho de contas desta à data de 31/12/2019



5.10.7 Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

Outros créditos.

A instituição apenas tem reconhecidas dívidas de terceiros superiores a um ano no valor de 4.500 euros. Este montante representa a caução prestada pela instituição à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no âmbito da atividade que desenvolve como mediador dos Jogos Santa Casa.

5.10.8 Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

Dívidas a instituições de crédito.

As dívidas com duração residual superior a um ano são as que decorrem dos financiamentos bancários e podem ser desdobradas como se segue:

| | 31-Dez-20 | | 31-Dez-19 | |
|--|---------------------|------------------|---------------------|-------------------|
| | <u>Não corrente</u> | <u>Corrente</u> | <u>Não corrente</u> | <u>Corrente</u> |
| Empréstimos bancários - Millennium | 0,00 | 0,00 | 121 361,61 | 95 400,00 |
| Empréstimos bancários – Montepio | 0,00 | 0,00 | 242 624,06 | 90 000,00 |
| Empréstimos bancários – Crédito Agrícola | 1 453 574,34 | 84 766,72 | 0,00 | 0,00 |
| Contas caucionadas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 59 200,00 |
| Outros financiadores | 250 000,00 | 0,00 | 250 000,00 | 0,00 |
| | <u>1 703 574,34</u> | <u>84 766,72</u> | <u>613 985,67</u> | <u>244 600,00</u> |

5.11 Benefícios dos empregados.

- a) Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras;



A instituição em 31 dezembro 2020, tinha os seguintes funcionários:

| | <u>31-Dez-19</u> |
|------------------------------------|-------------------|
| Estágios Profissionais | 2 |
| Processos MAREESS | 6 |
| CEI+ (contrato emprego inserção +) | 3 |
| Independentes | 8 |
| Dependentes | 246 |
| Total | <u>265</u> |

5.12 Acontecimentos após a data de balanço.

Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço.

Não ocorreram eventos subsequentes que requeiram a divulgação nas demonstrações financeiras ou ajustamentos das mesmas desde 31 de dezembro de 2020.

5.13 Divulgações exigidas por outros diplomas legais.

Dívidas ao Estado e aos trabalhadores em situação de mora.

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Existem, de facto, dívidas à Segurança Social de valor bastante avultado, cujo valor não foi totalmente pago de uma só vez, encontrando-se a ser pagas em prestações na base de planos de pagamento aprovados por este organismo.



5.14 Outras divulgações.

5.14.1 Caixa e depósitos bancários.

Todos os valores apresentados em caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso. A desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é feita de seguida:

| | <u>31-Dez-20</u> | <u>31-Dez-19</u> |
|--|--------------------------|--------------------------|
| Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis | 336 266,07 | 87 777,38 |
| Caixa e seus equivalentes | 2 471,35 | 3 487,21 |
| Outros equivalentes de caixa | 1 000,00 | 10 500,00 |
| | <u>339 737,42</u> | <u>101 764,59</u> |

5.14.2 Créditos a receber e outros ativos correntes.

Em 31 dezembro de 2020 e 2019, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

| | <u>31-Dez-20</u> | | <u>31-Dez-19</u> | |
|---|------------------------|--------------------------|------------------------|--------------------------|
| | <u>Não corrente</u> | <u>Corrente</u> | <u>Não corrente</u> | <u>Corrente</u> |
| IEFP | 0,00 | 47 039,77 | 0,00 | 25 106,91 |
| Devedores diversos | 0,00 | 6 065,77 | 0,00 | 5,26 |
| Caução Santa Casa M. Lisboa | 4 500,00 | 0,00 | 4 500,00 | 0,00 |
| Devedores Diversos - Segurança Social | 0,00 | 6 432,50 | 0,00 | 5 967,50 |
| Devedores por acrésc. Rend. - Seg. Social | 0,00 | 3 773,72 | 0,00 | 328 948,89 |
| Débitos de fornecedores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1 151,00 |
| Adiantamentos ao pessoal | 0,00 | 77,57 | 0,00 | 585,26 |
| Clientes e utentes | 0,00 | 82 650,24 | 0,00 | 57 484,67 |
| | <u>4 500,00</u> | <u>146 039,57</u> | <u>4 500,00</u> | <u>419 249,49</u> |



5.14.3 Estado e Outros Entes Públicos.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentam a seguinte composição:

| | <u>31-Dez-20</u> | <u>31-Dez-19</u> |
|--|-------------------------|--------------------------|
| Ativo | | |
| Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) | 10 817,37 | 7 380,09 |
| | <u>10 817,37</u> | <u>7 380,09</u> |
| Passivo | | |
| Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS) | 15 630,43 | 13 512,90 |
| Segurança Social | 80 645,93 | 164 169,51 |
| Outras tributações | 469,81 | 353,03 |
| | <u>96 746,17</u> | <u>178 035,44</u> |

5.14.4 Diferimentos (ativo).

Em 31 dezembro de 2020 e 2019, a rubrica do ativo de “Diferimentos” apresenta a seguinte composição:

| | <u>31-Dez-20</u> | <u>31-Dez-19</u> |
|-----------------------------|------------------------|------------------------|
| Diferimentos (Ativo) | | |
| Seguros | 1 011,86 | 1 310,70 |
| Materiais | 8,70 | 7,69 |
| | <u>1 020,56</u> | <u>1 318,39</u> |

Estes gastos a reconhecer respeitam a montantes pagos em 2019, mas que abrangem o ano de 2020.

5.14.5 Fornecedores e outros passivos correntes.



Em 31 dezembro de 2020 e 2019 as rubricas de “Fornecedores”, “Outras dívidas a pagar” e de “Outros passivos correntes” apresentam a seguinte composição:

Fornecedores e outras dívidas a pagar

| | <u>31-Dez-20</u> | <u>31-Dez-19</u> |
|------------------|--------------------------|--------------------------|
| Fornecedores c/c | 204 225,37 | 795 547,02 |
| | <u>204 225,37</u> | <u>795 547,02</u> |

Outros passivos correntes

| | <u>31-Dez-20</u> | | <u>31-Dez-19</u> | |
|-------------------------------|---------------------|--------------------------|---------------------|--------------------------|
| | <u>Não corrente</u> | <u>Corrente</u> | <u>Não corrente</u> | <u>Corrente</u> |
| Adiantamentos de utentes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal | 0,00 | 2 927,95 | 0,00 | 290 854,99 |
| Remunerações a liquidar | 0,00 | 405 566,26 | 0,00 | 398 319,08 |
| Fornecedores de investimento | 0,00 | 45 000,00 | 0,00 | 55 000,00 |
| Juros a liquidar | 0,00 | 5 535,75 | 0,00 | 3 615,24 |
| Reposições Segurança Social | 0,00 | 100.788 ,68 | 0,00 | 25 900,60 |
| Reposições IEFP | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida ACT | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| IMT | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Segurança Social- Juros Mora | 0,00 | 5.267,04 | 0,00 | 0,00 |
| Provisões | 0,00 | 42.054,70 | 0,00 | 0,00 |
| Sindicatos | 0,00 | 457,96 | 0,00 | 626,46 |
| Depósitos de utentes | 0,00 | 10 582,21 | 0,00 | 10 642,19 |
| Credores diversos | 0,00 | 18 976,31 | 0,00 | 15 835,19 |
| Serviços bancários a liquidar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Eletricidade a liquidar | 0,00 | 7 071,27 | 0,00 | 7 195,51 |
| Gás a liquidar | 0,00 | 13 039,30 | 0,00 | 11 116,40 |
| Água a liquidar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2 120,76 |
| Condomínios a liquidar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2 334,59 |
| Vigilância e Segurança | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3 115,59 |
| XM Service | 0,00 | 7 670,32 | 0,00 | 0,00 |
| | <u>0,00</u> | <u>664.937,75</u> | <u>0,00</u> | <u>826 676,60</u> |



5.14.6 Diferimentos (passivo).

Em 31 dezembro de 2020 e 2019 a rubrica do passivo “Diferimentos” apresenta a seguinte composição:

| | <u>31-Dez-20</u> | <u>31-Dez-19</u> |
|------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Diferimentos (Passivo) | | |
| IEFP | 38 510,29 | 25 676,58 |
| | <u>38 510,29</u> | <u>25 676,58</u> |

5.14.7 Rédito.

O rédito reconhecido pela instituição em 31 dezembro de 2020 e 2019 é detalhado conforme se segue:

| | <u>31-Dez-20</u> | | | <u>31-Dez-19</u> | | |
|----------------------|----------------------------|--------------------|----------------------------|----------------------------|--------------------|----------------------------|
| | <u>Utentes</u> | <u>Outros</u> | <u>Total</u> | <u>Utentes</u> | <u>Outros</u> | <u>Total</u> |
| Quotas | 4 890,00 | 0,00 | 4 890,00 | 4 005,00 | 0,00 | 4 005,00 |
| Mensalidades utentes | 1 491 115,38 | 0,00 | 1 491 115,38 | 1 595 724,63 | 0,00 | 1 595 724,63 |
| Serviços Secundários | 59 591,66 | 0,00 | 59 591,66 | 40 476,52 | 0,00 | 40 476,52 |
| Vendas: | | | | | | |
| Fraldas | 27 143,10 | 0,00 | 27 143,10 | 29 064,58 | 0,00 | 29 064,58 |
| Medicamentos | 25,18 | 0,00 | 25,18 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Produtos Livraria | 180 972,00 | 0,00 | 180 972,00 | 152 085,00 | 0,00 | 152 085,00 |
| | <u>1 763 737,32</u> | <u>0,00</u> | <u>1 763 737,32</u> | <u>1 821 355,73</u> | <u>0,00</u> | <u>1 821 355,73</u> |



5.14.8 Subsídios.

Durante os exercícios de 2020 e 2019, a instituição beneficiou dos seguintes subsídios à exploração

| | <u>31-Dez-20</u> | <u>31-Dez-19</u> |
|----------------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Centro Regional Segurança Social | | |
| Infância e Juventude | 854 018,10 | 691 397,28 |
| Terceira Idade | 1 290 185,98 | 1 223 118,04 |
| IEFP | 25 560,65 | 10 550,99 |
| Outras Entidades Públicas | <u>172 789,78</u> | <u>627 726,07</u> |
| | <u>2 342 554,51</u> | <u>2 552 792,38</u> |

As participações do Centro Regional de Segurança Social estão relacionadas com os vários serviços prestados à comunidade pela instituição e são definidos de acordo com o número de utentes dos serviços comparticipados por esta entidade.

5.14.9 Fornecimentos e serviços externos.

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 dezembro 2020 e 2019 é detalhada conforme se segue:

| | <u>31-Dez-20</u> | <u>31-Dez-19</u> |
|------------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Serviços especializados | 428 247,47 | 93 738,98 |
| Materiais | 34 051,62 | 22 958,62 |
| Energia e fluídos | 210 621,62 | 241 925,26 |
| Deslocações, estadas e transportes | 1 570,79 | 2 670,31 |
| Serviços diversos | | |
| Rendas e alugueres | 11 414,63 | 3 311,10 |
| Comunicação | 10 907,71 | 9 743,64 |
| Seguros | 13 926,56 | 10 389,88 |
| Contencioso e notariado | 2 216,84 | 130,30 |
| Despesas de representação | 26,90 | 42,50 |
| Limpeza, higiene e conforto | 65 347,89 | 4 171,33 |
| Outros serviços | 16 961,94 | 59 746,38 |
| | <u>795 293,97</u> | <u>448 828,30</u> |



5.14.10 Gastos com o pessoal.

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 dezembro 2020 e 2019 é detalhada conforme se segue:

| | <u>31-Dez-20</u> | <u>31-Dez-19</u> |
|-----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Remunerações do pessoal | 2 385 399,49 | 2 357 053,59 |
| Indemnizações | 3 545,49 | 7 452,51 |
| Encargos sobre remunerações | 505 443,47 | 505 915,59 |
| Seguros | 26 859,65 | 25 239,78 |
| Outros gastos com pessoal | 5 612,90 | 11 862,48 |
| | <u>2 926 861,00</u> | <u>2 907 523,65</u> |

5.14.11 Outros rendimentos.

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 dezembro 2020 e 2019 é conforme segue:

| | <u>31-Dez-20</u> | <u>31-Dez-19</u> |
|-----------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Rendas | 5 141,44 | 5 163,97 |
| Subsídios ao investimento | 62 403,63 | 62 403,56 |
| Donativos | 72 970,98 | 74 610,24 |
| Outros rendimentos e ganhos | 175 573,11 | 52 224,99 |
| Juros | 1,00 | 32,99 |
| | <u>316 090,16</u> | <u>194 435,75</u> |

**5.14.12 Outros gastos.**

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 dezembro 2020 e 2019 é conforme segue:

| | <u>31-Dez-20</u> | <u>31-Dez-19</u> |
|-------------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Impostos | 5 120,49 | 3 630,60 |
| Dívidas incobráveis | 0,00 | 4 113,95 |
| Correções relativas per. anteriores | 25 493,08 | 15 498,03 |
| Quotizações | 1 330,00 | 1 420,00 |
| Outros gastos | 27 559,45 | 3 075,81 |
| | <u>59 503,45</u> | <u>27 738,39</u> |

5.14.13 Juros e gastos similares suportados.

Os gastos de financiamento no decurso dos exercícios findos em 31 dezembro de 2020 e 2019 são detalhados conforme segue:

| | <u>31-Dez-20</u> | <u>31-Dez-19</u> |
|------------------|-------------------------|-------------------------|
| Juros suportados | 69 287,37 | 45 634,64 |
| | <u>69 287,37</u> | <u>45 634,64</u> |

Chaves, 13 de abril de 2021



Santa Casa da Misericórdia de Chaves
Largo Caetano Ferreira - Apartado 70
5400-136 Chaves CAE: 934200 NIF: 501429930

Folha 18

Ata do Conselho Fiscal

De acordo com as disposições legais aplicáveis, o Conselho Fiscal (Conselho Definitório) da Santa Casa da Misericórdia de Chaves, composto por Jorge Lourenço Melo, Vítor Salgado Dias, Fernando José Ramos e Manuel Pedro Branco Teixeira, no âmbito das funções que lhes foram atribuídas, reuniu no 09 de junho de 2021, nas instalações da Escola de Artes e Ofícios, pelas 18.00horas, a fim de se pronunciar sobre o Relatório de Atividades e Contas do Exercício de dois mil e vinte, e respetivos documentos de suporte à análise, nomeadamente o parecer do Revisor Oficial de Contas.-----

Estiveram ainda presentes, o Sr. Provedor, Jorge Pinto de Almeida e o Contabilista certificado, Hélder Ferreira.-----

Na sequência da análise efetuada, e, atendendo ao especial período de saúde pública de que estas contas resultam, constata-se no plano económico, uma contração ao nível das Prestações de Serviços (3,2%) e dos Subsídios à Exploração (8,2%), agravando-se por outro lado, os custos em FSE (+77%), daí resultando uma forte contração no EBITDA.-----

No domínio financeiro, a Santa Casa da Misericórdia de Chaves, mantém uma boa capitalização (AF 57,8%), apesar do impacto negativo ao nível de capital próprio (18,6%), provocada pela correção de resultados dos exercícios anteriores e do prejuízo do exercício.-----

Salientamos ainda, que deverá merecer especial atenção o acompanhamento da geração do EBITDA, seriamente comprometido neste exercício, contudo, o incremento do Cash Flow será crítico numa gestão futura, nomeadamente, no que concerne ao cumprimento do serviço da dívida financeira.-----

Assim, analisados que foram os documentos contabilísticos apresentados, e, tendo em conta os esclarecimentos prestados pelo Sr. Provedor e pelo Sr. Contabilista, emitiu o Conselho Fiscal o seguinte Parecer:-----

Parecer

Somos de parecer favorável à aprovação do relatório de Atividades e Contas do exercício de 2020, propondo à Assembleia Geral de Irmãos a sua aprovação, uma vez que os documentos se encontram de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis. -----

O Presidente

O Vogal Efetivo

O Vogal Efetivo

O Vogal Suplente

António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuente n.º 144 315 157

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia de Chaves, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 8.500.245,98 € e um total de fundos patrimoniais de 4.915.124,70 €, incluindo um resultado líquido negativo de 147.084,81 €), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos e/ou possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

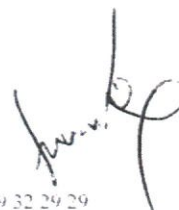
A entidade não possui um cadastro devidamente organizado dos bens de que é titular pertencentes ao seu Ativo Fixo Tangível, incluindo aqueles que compõem o seu património histórico e artístico. Esta circunstância não permite aferir com a devida certeza e segurança as asserções relativas à propriedade, mensuração, plenitude e existência física dos elementos que compõem o dito património.

Em resultado do facto acabado de expor, também sai prejudicada a correta e integral validação de todos os factos e operações complementares associados à aquisição e posse dos Ativos ora em apreço, como sejam as suas Depreciações, Revalorizações e a contabilização dos movimentos ligados aos Subsídios ao Investimento recebidos pela entidade aquando da aquisição dos Ativos subsidiados.

Salienta-se que o edificado propriedade da entidade foi objeto de reavaliação em 2010, não sendo possível apreciar a razoabilidade dos valores decorrentes da mesma, bem como, por consequência, as depreciações associadas a esse edificado.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades, nos termos dessas normas, estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.



António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte n.º 144 315 157

Ênfases

Apesar da magnitude, dimensão e duração expectável dos efeitos provocados pela doença denominada COVID-19 sobre a economia nacional, não é provável que tais efeitos venham a ter um impacto profundo no nível de atividade da entidade, nos seus fluxos de caixa, bem como no relacionamento com os seus parceiros de negócio.

De todo o modo, à semelhança do sucedido em 2020 e comparativamente aos anos pré-pandemia, é de esperar que se assista ao crescimento das despesas de funcionamento corrente associadas ao consumo de produtos e à aquisição de utensílios diretamente ligados à implementação das medidas de segurança e higiene que decorrem da necessidade de evitar e controlar a propagação da doença em causa.

Decorrente do exposto, também em 2021 e à semelhança do que se passou em 2020, não se pode excluir a hipótese de ocorrer alguma deterioração ao nível dos fluxos de caixa e de rentabilidade da entidade.

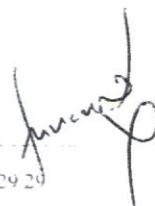
Tal como especificado no ponto 5.2.3, alínea b) do Anexo às Contas, a Segurança Social veio consumir a exigência da devolução por parte da entidade da importância de 882.000 €, em resultado das conclusões de uma ação inspetiva levada a cabo num período anterior. Tendo a entidade acabado por acatar essa exigência e porque essas conclusões dizem respeito a anos anteriores, a responsabilidade decorrente dessa devolução não afetou os gastos do ano de 2020 e, por conseguinte, os resultados deste ano, mas sim, diretamente, os seus Fundos Patrimoniais. Portanto, no ano de 2020, os Fundos Patrimoniais da instituição foram diretamente diminuídos por 882.000 €, o que levou ao incremento das suas responsabilidades financeiras por igual montante, logo, ao incremento do seu Passivo. O pagamento (devolução) aqui em apreço irá ocorrer num prazo longo, pelo que o passivo correspondente é, maioritariamente, de longo prazo (não corrente).

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMI M sob o número 20160479

Contribuinte n.º 144 315 157

- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

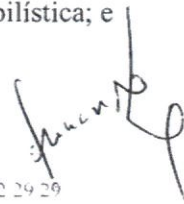
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e



António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte n.º 144 315 157

- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Chaves, 18 de junho de 2021


António Fernando Ledo de Matos, ROC n.º 855